



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DO DES. JOSÉ RICARDO PORTO

DECISÃO MONOCRÁTICA

REMESSA NECESSÁRIA Nº.: 0001209-20.2017.815.0000

Relator : Des. José Ricardo Porto
Promovente : Wemison Silva Pereira
Advogado : Ênio Silva Nascimento – OAB/PB 11.946
Promovido : Estado da Paraíba
Procuradora : Maria Clara Carvalho Lujan
Remetente : Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital

REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO REVISIONAL DE PROVENTOS. POLICIAL MILITAR. CONGELAMENTO DE ANUÊNIOS. IMPOSSIBILIDADE. SERVIDOR NÃO ALCANÇADO PELO ART. 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2003. POSSIBILIDADE APENAS A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 185/2012, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.703/2012. NORMA SUPERVENIENTE QUE ATINGE A CATEGORIA PROFISSIONAL ESPECÍFICA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA SOBRE O TEMA. CONSECTÁRIOS LEGAIS. JULGAMENTO PROFERIDO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. UTILIZAÇÃO DO ARTIGO 932, INCISO V, ALÍNEA “B”, DA NOVA LEI ADJETIVA CIVIL. PROVIMENTO PARCIAL MONOCRÁTICO DA REMESSA OFICIAL.

- Diante da ausência de previsão expressa no art. 2º, da LC nº 50/2003, quanto à sua aplicação em relação aos militares, é indevido o congelamento dos anuênios da referida categoria de trabalhadores com base no mencionado dispositivo.

- “Art. 2º – É mantido o valor absoluto dos adicionais e gratificações percebidas pelos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo no mês de março de 2003.” (Art. 2º, da LC nº 50/2003).

- “Não sendo os anuênio alcançados pelo congelamento, devem ser pagos sobre a remuneração ou proventos percebidos pelo policial militar. Inteligência do art. 2º, parágrafo único, da lei

complementar nº 50/2003.” (TJPB. RO nº 200.2011.011161-0/001. Rel. Des. João Alves da Silva. J. Em 14/06/2012).

- *“As Leis complementares do Estado da Paraíba de nº 50/2003 e de nº 58/2003 no que pertine à transformação das vantagens pecuniárias percebidas pelos servidores públicos em vantagem pessoal reajustável de acordo com o art. 37, inciso X da CF, não se aplica aos militares, por ausência de previsão legal expressa.”* (TJPB. ROAC nº 200.2010.004599-2/001. Rel. Juiz Conv. Tércio Chaves de Moura. J. em 06/09/2011).

- *“INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ESTABELECIDO PELA LEI ESTADUAL Nº 5.701/93 (ANUÊNIO). QUATUM CONGELADO PELO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 50/2003. INAPLICABILIDADE DO DISPOSITIVO EM RELAÇÃO AOS MILITARES POR INOBSERVÂNCIA AO §1º DO ART. 42 DA CF/88. DIVERGÊNCIA ENTRE AS CÂMARAS. ARTIGO 300, §1º, DO RITJPB. LEI FORMALMENTE COMPLEMENTAR, COM CONTEÚDO DE ORDINÁRIA. EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº185/2012, CONVERTIDA NA LEI ESTADUAL Nº 9.703/2012. ESPÉCIE NORMATIVA ADEQUADA. PRECEDENTES DO STF. LACUNA JURÍDICA SUPRIDA A PARTIR DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. CONGELAMENTO DA VERBA REMUNERATÓRIA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 185/12 CONVERTIDA NA LEI Nº 9.703/2012.*

- *“O incidente de uniformização de jurisprudência afigura-se como garantia do jurisdicionado. Presentes seus requisitos – impõem os valores igualdade, segurança, economia e respeitabilidade – deve ser instaurado. Trata-se de técnica processual perfeitamente identificada com os postulados mais nobres existentes em nosso ordenamento e intimamente ligada ao efetivo acesso ao Judiciário.”*

- *A Lei Complementar nº 50/2003, ao dispor sobre matérias reservadas à lei ordinária pela Constituição Estadual, deve ser considerada como formalmente complementar, estando autorizada a alteração ou complementação por meio de lei cujo processo legislativo é simplificado, de acordo com o entendimento do STF na ADC nº 1, e nos RE's nºs 492.044-AgR e 377.457.*

- *A Medida Provisória nº 185/2012, posteriormente convertida na Lei Estadual nº 9.703/2012, possui força normativa suficiente para alterar a forma de como será calculada a remuneração dos militares, eis que é espécie de ato legislativo adequada a alterar normas de mesma natureza.*

- *A lacuna jurídica evidenciada somente restou preenchida a partir do momento da publicação da Medida Provisória nº 185/2012, no Diário Oficial do Estado, em 25/01/2012, ou seja,*

o Estado da Paraíba ainda possui o dever de pagar, aos militares, os valores que adimpliu a menor, não atingidos pela prescrição quinquenal, ao título de “Adicional por tempo de serviço” (Anuênio), até a data da referida publicação, de acordo com o efetivo tempo de serviço e o soldo vigente à cada época.

Dessa forma, a partir da publicação da medida Provisória nº 185/2012, convertida na Lei nº 9.703/2012, é correta a medida de congelamento dos anuênios dos militares.”

- Tese firmada no Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral: “1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.” (RE 870947 RG, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 16/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-077 DIVULG 24-04-2015 PUBLIC 27-04-2015)

- “Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a:

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.”

(Art. 932, V, b, do NCPC).

VISTOS.

Trata-se de Remessa Necessária desafiando sentença proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca da Capital, lançada nos autos da “Ação Ordi-

nária de Revisão de Remuneração” proposta por **Wemison Silva Pereira** em desfavor do **Estado da Paraíba**.

O autor afirmou na exordial que alguns direitos inerentes aos seus rendimentos foram indevidamente congelados, tendo em vista que a Lei Complementar nº 50/2003 não alcança os militares. Assim, pleiteia a percepção atualizada das parcelas do Anuênio, bem como o pagamento retroativo.

O magistrado de base, às fls. 225/227, decidiu a lide posta em juízo sob os seguintes termos:

“ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO DESTES AUTOS de nº. 200.2012.090.557-1, para condenar o Estado da Paraíba a corrigir o valor nominal da parcela “Anuênios” na forma da Lei nº 5.701/93, com base no soldo vigente em 26/01/12, bem como pagar as respectivas diferenças remuneratórias decorrentes do recebimento a menor, referente ao período não prescrito, até a efetiva correção de seu valor nominal, tudo devidamente atualizado pelo INPC e juros de mora de 0,5% (meio por cento) até a data de 30 de junho de 2009, e, a partir desta, com atualização monetária e compensação de mora, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do regramento instituído pelo art. 5º da Lei Federal nº. 11.960/09, a serem calculadas em sede de cumprimento de sentença.”

Não foram interpostos recursos voluntários, consoante atesta certidão lançada aos autos às fls. 234.

A Procuradoria de Justiça emitiu parecer às 247/248, opinando pelo prosseguimento do feito ante a ausência de interesse público no caso concreto.

É o relatório.

DECIDO.

O cerne da controvérsia submetida ao duplo grau de jurisdição reside em aferir a aplicabilidade da Lei Complementar nº 50/2003, em especial o seu art. 2º, em relação aos militares.

De início, registro que a matéria em pauta vem, sucessiva e reiteradamente, sendo objeto de suspensão por esta Corte, em especial, em virtude do debate acerca da incidência da prescrição quinquenal. Muito embora seja aquele o procedimento regular, o caso concreto, ora analisado, possui particularidade incontestável, posto que já se formou coisa julgada a respeito do prazo prescricional.

Isso porque, em um primeiro momento, o Juiz de primeira instância proferiu sentença às fls. 60/62, declarando a prescrição das verbas pretendidas. Ato contínuo, o autor apelou, tendo este Relator decidido, às fls. 114/115, pelo retorno dos autos à origem, com o escopo de viabilizar a continuidade do julgamento, por verificar a inoccorrência da prescrição do fundo de di-

reito, em observância ao art. 1º do Dec. nº 20.910/32, existindo pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido.

Em seguida, foram interpostos uma quantidade insigne de recursos pelo ente estatal (Agravo Interno, Recurso Especial, Agravo e Agravo Regimental), todos rejeitados.

Diante de tal conjuntura, os autos retornaram ao Juízo *a quo*, a fim de que o magistrado de base prolatasse nova decisão, dessa vez, manifestando-se quanto à prescrição quinquenal da pretensão autoral e demais especificidades.

Pois bem. O Julgador de primeiro grau, ao decidir o litígio às fls. 225/227, reconheceu que a presente ação está sujeita ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos, na forma do art. 1º do Dec. nº 20.910/32, não havendo que se falar em prescrição do fundo de direito, mas, tão somente, das parcelas vencidas antes do quinquênio que antecedeu o ajuizamento da demanda, com fulcro na Súmula 85 do STJ. Ao final, acolheu parcialmente o pedido formulado na exordial, condenando o Estado demandado a *“corrigir o valor nominal da parcela “Anuênios” na forma da Lei nº 5.701/93, com base no soldo vigente em 26/01/12, bem como pagar as respectivas diferenças remuneratórias decorrentes do recebimento a menor, referente ao período não prescrito, até a efetiva correção de seu valor nominal”*.

Após o breve esclarecimento, acima identificado, passarei ao exame da contenda submetida ao reexame oficial.

O autor ajuizou a presente ação no intuito de ver determinado o *“descongelamento”* do valor percebido em seus contracheques a título de adicional de tempo de serviço (anuênio), bem como o pagamento das diferenças resultantes do pagamento mensal a menor do aludido benefício.

Da análise dos autos, em especial, do documento encartado às fls. 23, constato que, de fato, o promovente recebe a gratificação objeto da presente lide, cuja previsão encontra-se consolidada no art. 12 da Lei nº 5.701/1993, tendo o referido dispositivo disciplinado que o servidor militar estável fará jus ao respectivo adicional a partir do mês em que completar cada anuênio, na razão de 1% por ano de serviço público, incidindo sobre o soldo do posto ou graduação.

Essa vantagem era devida em percentual sobre o valor do soldo, de forma que toda vez que este aumentava, repercutia na majoração daquele.

Não obstante, mostra-se indubitável que, desde a edição da Lei nº 50/2003, o Estado da Paraíba efetuou o congelamento do adicional por tempo de serviço do requerente, transformando-o em valor nominal fixo, com fulcro no artigo 2º daquela norma, a seguir transcrito:

Art. 2º. Da Lei nº 50/2003: *“É mantido o valor absoluto dos adicionais e gratificações percebidos pelos servidores públicos da Administração direta e indireta do Poder Executivo no mês março de 2003.”*

Ocorre que tal dispositivo, por estar inserido em Lei que disciplinou apenas o regime jurídico dos servidores públicos civis, não poderia ser aplicado automaticamente aos milita-

res, integrantes de categoria específica de trabalhadores, regida por lei própria, diferenciada dos servidores públicos civis.

Nessa linha de raciocínio, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em sua obra intitulada “*Direito Administrativo*”, já discorreu sobre a matéria em debate, senão vejamos:

“...até a Emenda Constitucional nº 18/98, eram considerados servidores públicos, conforme Artigo 42 da Constituição, inserido em seção denominada 'servidores públicos militares'. A partir dessa Emenda, ficaram excluídos da categoria, só lhes sendo aplicáveis as normas referentes aos servidores públicos quando houver previsão expressa nesse sentido”. (In, Direito Administrativo, 19ª ed., São Paulo, Atlas, 2006, p. 505). Grifei

É mister salientar, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário 570177/MG, especificou que **“O regime a que submetem os militares não se confunde com aquele aplicável aos servidores civis, visto que têm direitos, garantias, prerrogativas e impedimentos próprios”** (STF - RE 570177/MG – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – Tribunal Pleno - Jul.: 30/04/2008).

Assim, diante da ausência de previsão expressa no art. 2º da LC nº 50/2003, em relação aos militares, entendo como indevido o congelamento dos anuênios do promovente, o qual integra uma categoria diferenciada de servidores.

Na realidade, somente a partir da vigência da Medida Provisória nº 185/2012, convertida na Lei Estadual nº 9.703/2012, ocorreu o congelamento do adicional dos militares, pois tal legislação, em seu art. 2º, §2º, estendeu a tal categoria o disposto no art. 2º da Lei nº 50/03, ao preceituar *in verbis*:

Art. 2º. Omissis. §2º. *“A forma de pagamento do adicional estabelecida pelo parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 50/2003 fica preservada para servidores públicos civis e militares.”* (grifei).

Dessa forma, mostrar-se-ia inviável o congelamento do adicional por tempo de serviço percebido pelo autor, a partir da edição da Lei Complementar nº 50/2003, como procedido pelo Estado, mas, tão somente, desde a MP nº 185/2012, sendo devida a diferença do que foi pago a menor nesse interregno, excluídas as verbas atingidas pela prescrição quinquenal.

O posicionamento acima delineado foi pacificado por esta Egrégia Corte, quando do julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 2000728-62.2013.815.0000, cuja ementa transcrevo a seguir:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ESTABELECIDO PELA LEI ESTADUAL Nº 5.701/93 (ANUÊNIO). QUATUM CONGELADO PELO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 50/2003. INAPLICABILIDADE DO DISPOSITIVO EM RELAÇÃO AOS MILITARES POR INOBSERVÂNCIA AO §1º DO ART. 42 DA CF/88. DIVERGÊNCIA ENTRE AS CÂMARAS. ARTIGO 300, §1º, DO RITJPB. LEI FORMALMENTE COMPLEMENTAR,

COM CONTEÚDO DE ORDINÁRIA. EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº185/2012, CONVERTIDA NA LEI ESTADUAL Nº 9.703/2012. ESPÉCIE NORMATIVA ADEQUADA. PRECEDENTES DO STF. LACUNA JURÍDICA SUPRIDA A PARTIR DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. CONGELAMENTO DA VERBA REMUNERATÓRIA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 185/12 CONVERTIDA NA LEI Nº 9.703/2012.

- “O incidente de uniformização de jurisprudência afigura-se como garantia do jurisdicionado. Presentes seus requisitos – impõem os valores igualdade, segurança, economia e respeitabilidade – deve ser instaurado. Trata-se de técnica processual perfeitamente identificada com os postulados mais nobres existentes em nosso ordenamento e intimamente ligada ao efetivo acesso ao Judiciário.”

- A Lei Complementar nº 50/2003, ao dispor sobre matérias reservadas à lei ordinária pela Constituição Estadual, deve ser considerada como formalmente complementar; estando autorizada a alteração ou complementação por meio de lei cujo processo legislativo é simplificado, de acordo com o entendimento do STF na ADC nº 1, e nos RE's nºs 492.044-AgR e 377.457.

- A Medida Provisória nº 185/2012, posteriormente convertida na Lei Estadual nº 9.703/2012, possui força normativa suficiente para alterar a forma de como será calculada a remuneração dos militares, eis que é espécie de ato legislativo adequada a alterar normas de mesma natureza.

- A lacuna jurídica evidenciada somente restou preenchida a partir do momento da publicação da Medida Provisória nº 185/2012, no Diário Oficial do Estado, em 25/01/2012, ou seja, o Estado da Paraíba ainda possui o dever de pagar, aos militares, os valores que adimpliu a menor, não atingidos pela prescrição quinquenal, ao título de “Adicional por tempo de serviço” (Anuênio), até a data da referida publicação, de acordo com o efetivo tempo de serviço e o soldo vigente à cada época.

Dessa forma, a partir da publicação da medida Provisória nº 185/2012, convertida na Lei nº 9.703/2012, é correta a medida de congelamento dos anuênios dos militares.

Diante da conjuntura em pauta, concluo pelo acerto do magistrado de primeiro grau ao reconhecer que o congelamento dos anuênios do militar somente possui legalidade a partir da data da publicação da MP nº 185/2012.

Outrossim, a decisão combatida observou o regramento contido na Súmula 51 deste Tribunal, cuja redação assim dispõe:

Súmula 51, TJPB: “Reveste-se de legalidade o pagamento do adicional por tempo de serviço, em seu valor nominal aos servidores militares do Estado da Paraíba tão somente a partir da Medida Provisória nº 185, de 25.01.2012, convertida na Lei Ordinária nº 9.703, de 14.05.2012.”

Por oportuno, convém ressaltar que, **recentemente**, o Tribunal Pleno desta Corte rejeitou questão de ordem suscitada, mantendo a redação da Súmula 51:

QUESTÃO DE ORDEM. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA Nº 51. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ERRO MATERIAL. INOCORRÊNCIA. TEOR DO ACÓRDÃO DOTADO DE CLAREZA E PRECISÃO. APROVAÇÃO UNÂNIME PELO PLENO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. REJEIÇÃO. - Restando demonstrado nos autos a nitidez e a precisão do acórdão aprovado, por unanimidade, pelo Tribunal Pleno desta Corte de Justiça, não há que se falar em ocorrência de erro material no tocante ao teor da Súmula nº 51, referente ao adicional por tempo de serviço – anuênio. VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos. ACORDA o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, por maioria, rejeitar a questão de ordem. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20007286220138150000, Tribunal Pleno, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 22-02-2017)

Portanto, tendo o magistrado de base, nos fundamentos utilizados para decidir o caso concreto, respeitado o período não prescrito, assim como fixado a edição da Medida Provisória nº 185, de 25.01.2012, como marco para o congelamento do adicional, não merece reparo o r. *decisum*.

Ao revés, com relação aos índices de atualização das verbas de condenação constantes na sentença de primeiro grau, identifico que fora determinada a aplicação nos termos do regramento instituído pelo art. 5º da Lei Federal nº 11.960/09.

O Supremo Tribunal Federal consolidou, à época, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 870947, *leading case*, a seguinte tese:

“1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.” (RE 870947 RG, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 16/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-077 DIVULG 24-04-2015 PUBLIC 27-04-2015)

Ocorre que, o Excelso Pretório, no julgamento da ADI 4357/DF, declarou e reconheceu a inconstitucionalidade por arrastamento do disposto no art. 5º da Lei 11.960/09, ao reproduzir as regras da EC 62/09 quanto à atualização monetária e fixação de juros moratórios dos débitos fazendários, por violar o direito de propriedade ao estabelecer como o índice de atualização os aplicados à caderneta de poupança, critério incapaz de preservar o valor real do crédito.

Em março de 2015, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 4425, com a modulação dos efeitos da decisão presente na ADI nº 4357/DF, sendo estabelecido que o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) deve ser aplicado até 25.03.2015, e que, após essa data, os créditos devem ser corrigidos monetariamente pelos índices de preços ao consumidor amplo especial (IPCA-E), com a ressalva dos créditos de caráter tributário.

Por último, no tocante ao termo inicial dos juros de mora e da correção monetária, determino que serão computados, respectivamente, da citação e da data do inadimplemento da verba, em observância ao intelecto expressado pelo Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial repetitivo, cujo excerto segue transcrito abaixo:

“(…)

O termo inicial dos juros de mora nas condenações contra a Fazenda Pública decorre da liquidez da obrigação, isto é, sendo líquida, os juros de mora incidem a partir do vencimento da obrigação, nos termos do artigo 397, caput, do Código Civil de 2002, e sendo ilíquida, o termo inicial será a data da citação quando a interpelação for judicial, a teor do artigo 397, parágrafo único, do Código Civil de 2002, combinado com o artigo 219, caput, do CPC, tal como ocorre no caso de condenação ao pagamento do adicional por tempo de serviço sobre a totalidade da remuneração, em que o valor somente será determinado após o trânsito em julgado da sentença judicial, em sede de liquidação.” (REsp 1205946/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 02/02/2012)

Nessa senda, compete ao relator, também monocraticamente, dar provimento à súplica interposta em conformidade com acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 932, inciso V, alínea “b”, do Código de Processo Civil de 2015. Vejamos:

“Art. 932. Incumbe ao relator:

(…)

V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a:

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.”

(Art. 932, V, b, do NCPC).

Ante o exposto, monocraticamente, com fulcro no art. 932, V, “b”, da nova Lei Adjetiva Civil, **PROVEJO PARCIALMENTE A REMESSA NECESSÁRIA**, apenas para estabelecer que os valores devidos sejam atualizados monetariamente pela TR, até 25 de março de 2015, a partir de quando o débito deverá ser corrigido pelo IPCA, consoante previsão contida no

art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009, computando-se o termo inicial dos juros de mora e da correção monetária, respectivamente, da citação e da data do inadimplemento, mantendo a sentença objurgada em seus demais termos.

P.I.

Cumpra-se.

João Pessoa, 05 de outubro de 2017, quinta-feira.

Desembargador José Ricardo Porto
RELATOR